

Artigo: Educação e Inclusão: Projeto Moral ou Ético.
Autora: Sandra Dias (Buscar na internet o texto completo)

Os ideais e a ética que nortearam o campo da educação

Comenius:

A educação na escola deve ser universal;

A educação é necessária para que o homem tenha acesso a sua humanidade;

Busca dar à prática de ensino um caráter científico cria procedimentos organizados sistematizados (a didática – Didática Magna, 1657);

Rousseau:

Acentuou a relação entre a Educação e a Política;

Defende a educação laica, oferecida pelo Estado a todos;

Kant:

Acreditava que o homem é o que a educação faz dele, através da disciplina, da didática, da formação moral e cultural;

O reconhecimento e o debate sobre a universalização da educação e as desigualdades entre os homens, instauram o ideal democrático da educação;

No hiato entre a criação da escola pública burguesa e a escola inclusiva da pós modernidade, aberta à diversidade, encontramos no pensamento pedagógico moderno de “criar o homem novo pela educação”;

A herança deixada pelos pensadores do séc XVII nos apresenta duas vertentes: 1) O sistema de ensino deve formar o cidadão livre para a vida democrática e 2) situa o sistema de ensino em função do problema da psicologia do educando, integrando a noção de desenvolvimento histórico a noção de desenvolvimento individual;

Comte:

A educação é integral (ativa, estética, intelectual e moral) e não visa só submeter a inteligência às leis de seu próprio desenvolvimento, mas conduzir à dupla integração do indivíduo na humanidade e desta naquele, para formar o homem;

A doutrina pedagógica moderna se afirma como filha de Rousseau. Reconhece o valor e a especificidade da infância e a educação se enlaça um conjunto que abrange a psicologia e a ética;

Pestalozzi:

Desenvolveu uma concepção de educação para o alicerce do seu método pedagógico que procedeu a uma “psicologização” da educação (centrando no desenvolvimento intelectual/ a impressão sensorial da natureza é a única base da instrução humana).

Locke:

Começou fazendo da criança o centro da prática e da teoria educacional que Rousseau estabeleceu;

Herbart;

Trouxe a idéia de um processo científico da instrução, a base científica da organização do currículo e a idéia da formação do caráter como alvo da instrução, a ser alcançado cientificamente, por meio do uso do método e do currículo.

Enxertou a ética na educação dependendo dos conhecimentos da psicologia da aprendizagem;

Ressalta o empenho da pedagogia em se constituir enquanto ciência;

Os avanços na teoria e na prática da educação no séc XVIII são transformados em norma jurídica pela Revolução Francesa. O Plano Nacional de Educação (1793) transforma a educação um direito de todos e um dever do Estado (enlaçam-se assim a educação e a política);

Durkheim:

A educação se afirma como ciência (modelo positivista), se confunde com a pedagogia e abandona a filosofia como parâmetro ético para assentar as suas bases em dois enfoques: 1) científico- técnico; 2) histórico crítico. E duas novas correntes epistêmicas se colocam na educação: 1) Pedagogia pragmática-utilitarista; 2) Pedagogia dialética;

Ziller (discípulo de Herbart):

Abriu caminho ao propor o processo educativo como ciência e a pedagogia como metodologia;

Dewey:

Priorizou o aspecto psicológico da educação, em detrimento da análise da organização capitalista;

A pedagogia se ideologiza e hiperespecializa. Nasce uma pedagogia com acento científico supervalorizando as técnicas e os métodos científicos como meio para contornar os obstáculos. A pedagogia experimental produz estudos sobre o ensino e sobre os aspectos psicológicos da educação;

Na Europa a pedagogia experimental se institucionaliza com Binet. Psicólogo designado pelo Ministério da instrução pública da França para encontrar um método científico para distinguir na escola, as crianças anormais a fim de separá-las das demais.

Há uma diferença radical entre o nascimento da educação especial a partir do desafio da própria prática educativa e o modelo médico pedagógico desenvolvido por Binet (conduta adaptativa). Surge a noção de inteligência enlaçada a uma teoria do desenvolvimento orgânico. E a idéia de mensuração da inteligência permitiu isolar um traço concreto e visível através de uma mensuração da inteligência. Traço mensurável como elemento segregador da exclusão de crianças com deficiência na escola.

A psicologia experimental fundamentou e realizou o ideal de educação positivista e sensorialista, mas operando uma distorção: fez a redução do espírito ao psíquico, do psíquico ao desenvolvimento intelectual. Redução que levou a educação a se afastar de seu apoio na filosofia, que enlaçava à ética à educação no desenvolvimento do homem.

A origem do movimento de inclusão

A educação ao optar pela filosofia pragmática-utilitarista permitiu que a escola se transformasse num território de segregação e exclusão social das crianças que não se encaixavam nos padrões normativos da pedagogia moderna (integração e normalização pag 27), enfim a adaptação do aluno na escola.

O conceito de integração não leva em consideração o fato de a exclusão ser um processo complexo e multifacetado, uma configuração de dimensões materiais, políticas relacionais e subjetivas.

A revisão do conceito de integração vai gerar um novo paradigma de educação, com o princípio de que a escola deve adaptar-se ao aluno com deficiência, a escola inclusiva, como promessa de sucesso ao considerar a diversidade;

Crítica ao conceito de Educação Inclusiva

A educação não pode receber a atribuição de inclusiva, pois, em sua origem, constituição e fim ela sempre visou o homem enquanto homem, isto é em humanidade e, portanto, ela é em si mesma inclusiva.

Quem deve receber a atribuição de inclusiva é a escola, pois deve reintegrar a massa de segregados e excluídos do seu território pela ação de um pensamento pedagógico pragmático-utilitarista que dominou a educação que sucedeu ao movimento humanista e iluminista.

A escola como território de exclusão;

A exclusão como processo cultural é um discurso que interdita, rejeita e nega o lugar do sujeito no acesso ao pleno gozar o direito de cidadão;

O tratamento da exclusão tem que considerar a dialética inclusão – exclusão para que a inclusão não tenha um caráter ilusório ou se torne uma inserção social perversa.

A demanda social por inclusão numa perspectiva de práticas baseada num saber e numa tecnologia tenderá a perpetuar a diferença e a desigualdade social. O projeto de inclusão se torna moralista, porque há uma redução para gerar um modelo operatório de fácil compreensão e aplicação, com resultados imediatos. Gerando guetos, falas identidades, novos processos ideológicos e cidadãos de segunda classe;

A inclusão deve ser um projeto ético político de resgate dos verdadeiros ideais da educação e da possibilidade de realização da verdade do homem.

Situa como modelo norteador do paradigma da escola inclusiva uma teoria educacional enlaçada à ética e à subjetividade para que a inclusão não se torne um projeto moralizador ou uma nova retórica em Educação;

Situar o campo da diversidade e desigualdade social através dessa dialética inclusão-exclusão permite introduzir a ética e a subjetividade na análise do problema, transformando a exclusão em descompromisso político para com o sofrimento do outro, e, dessa forma, articular a educação e o político, não ao nível da responsabilização do Estado, mas no nível de sociedade. O engajamento de todos os sócios no projeto de inclusão do diferente. A inclusão supõe o trabalho com a diversidade.

O tema da inclusão surgiu a partir de uma cultura pensada a partir das minorias, fazendo com que o discurso em torno do outro, da alteridade, adquirisse novas dimensões epistemológicas, políticas e pedagógicas.

O excluído é todo aquele que é rejeitado do mercado material ou simbólico, dos valores dos socius.

No caso das crianças deficientes acrescenta a exclusão da subjetividade, por não ter uma representação social inserida numa norma legítima.

A Psicanálise como crítica ao conceito de homem que fundamenta a Educação e as práticas pedagógicas na modernidade;

A Psicanálise, como crítica aos fundamentos filosóficos da educação na pós modernidade, aponta que, na temática da diversidade, tem que se considerar conceitualmente o diferente como a diferença, porque os universos de discursos são diferentes. O diferente remete a Um no universo do Todo, enquanto a diferença remete a operação no Todo, isto é, o Um e o Outro, o Sujeito e o Social.

A moral é da ordem da conformidade de uma subjetividade ao social.

A teoria da subjetividade na Psicanálise postula o conceito de sujeito, que é impensável sem o conceito de alteridade. A alteridade, o outro, antecede o sujeito e é o lugar no qual o sujeito tem que se enlaçar para se constituir como desejante.

Esse Outro, anterior ao sujeito, permite a função simbólica e dá apoio ao sujeito para que seu discurso repouse num fundamento. Entre o Outro e o sujeito se estabelece uma dialética, na qual o sujeito e tanto sujeição, como resistência ao Outro.

A ética da Psicanálise é da ordem da autenticidade do sujeito. É a busca do que é mais verdadeiro de si mesmo ou do que falta, pois o homem só se realiza ao considerar no seu universo de discurso a incompletude (falta). O desejo, matéria que suporta o sujeito do inconsciente nasce da falta.

A ética da psicanálise situa no centro a noção de sujeito e a responsabilidade, tanto no que diz respeito ao educando como também ao educador. Assim a inclusão poderá ser identificada a um processo de reconstrução ou restituição do direito pleno à cidadania.

A responsabilidade do educador e educando tem a ver com o confronto com uma verdade: a situação penosa de exclusão, de aniquilamento da subjetividade, da qual emergirá a aposta no sujeito, constituindo cada educando num paradigma de inclusão.

Essa é a única posição possível para a restauração da ética humanista da educação. Um projeto sem ética, sem uma concepção de sujeito, é mera tolerância.